

**RESENHA DO LIVRO “POR UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO: DO
PENSAMENTO ÚNICO À CONSCIÊNCIA UNIVERSAL” DE MILTON
SANTOS**

Ruan Carlos Ribeiro Simões¹

Jean Lucas Fontis de Carvalho²

Miriã da Silva Caldas Pascoal³

Prefácio – Maria da Conceição Tavares

Neste prefácio – única parte da obra não escrita por seu autor – encontramos um compartilhamento de visões de mundo, temores e reflexões. Maria retrata uma observação interessante ao papel da ideologia na produção da história, no qual, segundo ela, “mostra os limites do seu discurso frente à realidade vivida pela maioria das nações”.

Tanto Maria quanto Milton reforçam pareceres em comum, como a necessidade da propagação de um novo universalismo, construído com valores como solidariedade e cidadania, em que suas estruturas e alicerces sejam úteis e benéficos para todos os tipos de povos e pessoas. A nova consciência não seria então construída a partir de valores mercantis, e sim sobre essa nova filosofia moral.

Maria conclui versando sobre a História Universal, que positivamente será dos dominados, e não dominadores; que infelizmente vivem sob o ultraliberalismo à suas últimas consequências. É destacando formas de opressão e buscando sensibilidades genuínas sobre o mundo, sempre à luz da ciência e com embasamentos lógicos para seu discurso, que Milton trabalhará a tônica de sua obra.

I – Introdução Geral

O autor estipula, de forma clara, três concepções diferentes sobre seu principal alvo de epifanias e elucidaciones: o fenômeno da globalização.

A primeira delas é a perspectiva da globalização como fábula, ou a forma como nos fazem tentar entendê-la, sendo este o discurso hegemônico de mundo. Marcada por

¹ Graduando em Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Graduando em Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF).

³ Graduanda em Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF).

discursos de tendências hipócritas e ilusórias ações humanitárias, é o chamado de conto de fadas no qual as nações se permitem uma união por intermédio dos avanços tecnológicos. Não se adequa a realidade, por motivos que Milton aborda logo em seguida.

A segunda delas aborda a globalização como perversidade, o chamado “mundo como ele é”. Aqui, desfeitos os retoques e floreios de visões obtusas da realidade, podemos nos chocar com a verdade sobre a real consequência da globalização como meio para perpetuar e agravar a concentração cada vez maior de recursos, capital e informações de forma desigual entre a maioria e um grupo minúsculo de atores hegemônicos globais.

Já a terceira, é a globalização como possibilidade, ou “o mundo como pode ser”. Aqui o autor nos traz uma visão otimista e positiva dos fenômenos como frutos de prováveis esperanças, já que nunca tivemos tantas ferramentas e possibilidades de transformação da realidade como hoje. É onde Milton Santos nos propõe “uma outra globalização”.

II – A Produção da Globalização

A globalização – assunto tema deste livro – se trata do auge da configuração do mundo pautado no capitalismo, e de um processo em andamento que percebemos como a internacionalização do mundo globalizado.

Os elementos que nos trouxeram a este processo se estendem em vários, como: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, o conhecimento do planeta e a mais valia globalizada.

As técnicas são oferecidas como um sistema, graças ao avanço da ciência fora produzido um sistema de técnicas da informação, que assim possibilitou um novo sistema de presença em todo o planeta. Globalização é o resultado deste sistema que resulta de ações que asseguram a emergência de um mercado global.

Elaborando explicações para os termos de unicidade técnica, que significa, de forma breve, o fato de como não somos mais capazes de distinguir o estado da política do estado das técnicas (tecnologias de qualquer área indistinta). Desse modo, os avanços tecnológicos modernos, - principalmente nos meios informacionais – com maior qualidade de ponta e perfeição estão concentrados na posse de atores hegemônicos, que são os gigantismos corporativos. Logo conclui-se que aos atores menos hegemônicos restam munições tecnológicas cujo dinamismo é notavelmente não absoluto, como o das

grandes empresas. A partir disso, percebe-se que estes últimos são dependentes dos que detêm a hegemonia em sua grandiosidade.

Quando a obra trata da “Convergência de Momentos”, se refere ao fato de que a unicidade do tempo vai muito além do resultado (em vários lugares) na mesma hora do relógio, esse é um assunto de maior complexidade. A unicidade do tempo pode ser prestada (o relógio/tempo) de inúmeras maneiras uniformes. A simultaneidade de movimentações das corporações multinacionais revolucionou o campo financeiro fazendo possível que o mercado operasse concomitantemente em múltiplos espaços durante todo o dia. Para o autor, o verdadeiro tempo deve ser considerado um patrimônio imaterial e coletivo da humanidade.

Na atualidade, possuiríamos um motor único, que se trata justamente da mais valia universal, no qual megacorporações digladiam entre si de forma violenta. Tal acontecimento, marcado pelo competir, fez ser possibilitada a perspectiva de um novo estágio da globalização, com a expansão à nível internacional de consumo, dados, elementos financeiros, com uma velocidade tal qual torna possível a homogeneização das modalidades técnicas.

Aqui até temos a possibilidade de fazer uma referência ao modo como esse sistema foi aplicado – o imperialismo –, mas este impelia as pessoas e maquinários em ritmos, maneiras e combinações distintas.

O período técnico científico admite à humanidade não só usar o que é encontrado na natureza, porém também novos materiais que são inventados nos laboratórios como fruto do intelecto humano e procedem na fabricação de objetos.

Crise (estrutural): em um contexto de um período histórico específico, a crise da globalização é delimitada de forma estrutural, devido a isso, quando se busca por soluções não estruturais, o efeito é justamente o do agravamento da crise. As decisões estratégicas anteriormente tomadas não têm como único propósito o de reverter a crise, mas sim de angariar interesses de cunho pessoal dos atores hegemônicos. Se tratam, enfim, da tirania de informações e de capital: As fundamentações de conservação da produção histórica do capitalismo em um cenário de globalização.

III – Globalização perversa

O Capítulo III se concentra em elaborar a relevância do capital e da informação como alicerce que ampara o capitalismo e seu aspecto estrutural, por quais razões ele é explorado, aonde e de qual forma.

A manipulação de dados e o controle de corporações de mídia são meios variados com as quais o dinheiro em si ataca e controla a vida dos indivíduos (e lança fortes colisões contra o próprio Estado quando este não está condizente com seus objetivos). Sendo a informação de extrema importância, a alienação permite em grandes prazos e alcances, verdadeiros resultados exuberantes para os atores hegemônicos.

A chamada “violência do dinheiro” vem por ataques, embargos e calotes no meio financeiro, seja essa violência para acertar o Estado ou uma empresa concorrente. No caso do Estado, estamos nos referindo a um quadro mais sensível ainda, já que a corporação que se fixa em uma nação hipotética, se torna parte das finanças que por lá circulam. A globalização, por sua vez, abusa do local instalado, levando para o exterior royalties, inteligência comprada, pagamentos de serviços e remessas de lucros, retornando para o Estado como créditos e dívidas.

Quando traçando relações entre política e dinheiro, Milton produz uma série de observações interessantes. Na ocorrência dos sistemas políticos estruturados em “corporatocracias” (governo de corporações, cujo engrossamento de receitas e influência devoram instituições públicas) que se utilizam de sistemas técnicos contemporâneos (remetidos no segundo capítulo), o estado é regido de forma totalitária e insidiosa. Isso porque dá uma falsa impressão de que se fundamenta em noções básicas de democracia (que se diversificam em liberdades de opinião, imprensa, política, tolerância, etc), porém que no fim das contas é operado com o objetivo de impedir a chance de que haja um conhecimento globalmente difundido.

Quando o autor aborda a educação, nota-se que a falta das ciências de humanidades presente nos diversos patamares educacionais impossibilita o desenvolvimento da noção mais realista, limpa e focada de mundo e meio social, e de forma cada vez mais profunda é trocada por uma ciência administrativa. Ciência esta que opera para o amparo ideológico de todas essas já referidas políticas econômicas capitalistas, que se concluem, para exemplificar, em uma classe média bagunçada em suas concepções e vontades, que fora ensinada a buscar privilégios, e não direito.

Devido ao fato de todas as técnicas hegemônicas atuais serem filhas da ciência, e também devido às mesmas se darem à prestação de serviço do mercado, esse conglomerado resulta em um ideário produz em um discurso da técnica e do mercado que

é endeusado pela ciência, aclamada como infalível. Já reunimos exatamente os ingredientes para a repercussão de um pensar e agir baseados em um totalitarismo. Totalitarismo esse que não é restringido pelo âmbito do trabalho, perpassando pelo âmbito da política e das relações entre indivíduos, penetrando o próprio ambiente de pesquisa e do ensino acadêmico nas universidades, amarrado em um cerceamento de opiniões.

Muito ouve-se, atualmente, de violência como característica pétrea da nossa época. Porém dentre as tantas formas de violência da qual se debate, a estrutural é muito pouco comentada. Ela é um produto dos desdobramentos abarcados do dinheiro em estado puro, da competitividade em estado puro e da potência em estado puro.

Do primeiro citado, dinheiro em estado puro, percebe-se que com a globalização atribui-se uma novidade dentro da concepção de abundância de capital, de prosperidade e de contas balanceadas à nível local e nacional, termos fundados no monetário em condição pura e aos quais todas as economias de uma nação são convocadas a se habituar. O consumo, que virou uma constante para todos, recebe uma função de destaque ao capital nos seus diferentes desdobramentos. O novo dinheiro transforma-se então em onipresente. Fundamentado numa ideologia, esse capital sem avaliação se torna a avaliação geral, retomando a aptidão para analisar a concentração como uma meta que se basta em si mesma.

A necessidade da capitalização nos leva a adotar como princípio a necessidade de se levar a competição para todas as esferas. Nos dias de hoje, a competição toma nível de regiões e cidades e a rivalidade se intensifica também como uma norma da socialização.

Para que possamos competir em estado puro e ganhar o dinheiro no estado também puro, o exercício do poder também deve ser feito no estado puro. O uso da força se torna um imperativo, que traz também a desnecessidade de se responsabilizar pelo próximo.

Hoje vemos a perversidade se estabelecer como um sistema em sua totalidade, para deixar de ser exibida apenas em casos avulsos. O principal motivo da perversidade endêmica é que a competição foi consagrada como norma imperativa, que discorre sobre todas as esferas da sociedade. A persona do outro, não importa que seja uma pessoa, instituição ou empresa, se torna um empecilho que deve ser extraído e excluído. Por esses motivos que a normalidade de uma vida rotineira é abalada pela violência estrutural, que também é chamada de mãe de todas as outras violências.

No século XVIII, observaram-se dois acontecimentos importantíssimos. Um foi o surgimento da técnica dos maquinários – assim como o ressalto da condição técnica na esfera individual e social – e novas visões sobre o ser humano que se tornaram com ideias da Filosofia que também viriam a ser novas entradas de alcunho político. Assim surgiu o homem com a possibilidade de se enriquecer no âmbito moral.

A atualidade tem como uma de seus fundamentos essa junção entre ciência e técnica, talvez uma nomeada “tecnociência”. Por, repetidamente, a ciência tornar a fabricar aquilo que o mercado procura, o avanço técnico e científico não é sempre um avanço moral em seu âmbito. O planeta vira algo fluido, devido à informação, mas também ao capital. Há uma massificação de contextos que se sobrepõem, dando corpo à um cenário global, onde fronteiras ficam porosas para o capital e para os dados.

O mesmo discurso que nos repercute rotineiramente de que se deve haver menos Estado, se utiliza desses poros nas fronteiras. Não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte ao serviço da economia dominante.

Atualmente se discute muito sobre um terceiro setor, no qual corporações assumiriam para si o trabalho de dar assistência social que antes era esperado da esfera pública. Aqui, estes deveriam eleger seus acolhidos específicos. Esta política empresarial é um equivalente ao fim da política em si. A política assume um trabalho amplo e coletivo de uma horizontalidade. Quando não se pode falar de coletivo, não se pode falar de política. A pretensão é de se achar meios de resguardar pobres específicos e ricos específicos, segundo objetivos de terceiros (doadores).

Os países de terceiro mundo conceberam três distintas formas de miséria, e ao mesmo tempo, três formas de dívida social, neste meio século recente.

Anteriormente, poder-se-ia perceber uma miséria formada por acidente, notada como uma falta de adaptação regional aos processos mais gerais de mudança. As respostas para estas questões eram locais, privadas, assistencialistas. Quando o consumo não era um pivô social de obrigação, a miséria era vista de forma menos vexatória. Então poderíamos falar de pobres com inclusão.

Já numa segunda época, a miséria é vista como uma chaga da humanidade, cujo surgimento é um efeito colateral da produção econômica em si. Quando temos um engrossamento do estilo de vida consumista, a pobreza ganha novos contornos de conceitos e matérias. Fora a pobreza absoluta, é inventada a pobreza relativa, que rotula as pessoas pelas suas capacidades de consumo em potencial, e pelo meio como o fazem.

Aqui, os miseráveis já ganham a forma de chamados marginais. Para que tal questão não permaneça deixada de lado, quando se torna genérica a atenção para a miséria (como um efeito comum e de praxe), se traz uma busca de intermédios do Estado para essa questão, já que o problema é gravíssimo, mas não é inexistente sua solução. Existia de fato uma certa vergonha da parte das autoridades de não se enfrentar essa grande dificuldade que se traduz na pobreza.

A época final, em que vivemos, traz uma miséria estrutural globalizada. Nessa última fase, os pobres são excluídos. É uma pobreza quase sem remediações, que chega pela agregação do alto desemprego e, também, pela diminuição do valor do trabalho.

Conseguimos concluir que o Estado muda suas normas e rostos num jogo combinado de realidades internalizadas e exterioridade de influências. Porém não é verdadeiro que a globalização impeça o fomento de um projeto à nível nacional. Na ausência deste, as autoridades flutuam nas demandas de exigências externas. Podemos acreditar, de qualquer forma, que sempre seremos capazes de nos alinhar nos nossos caminhos errôneos, e ainda que em um mundo globalizado, façamos ganhar os objetivos de nosso país.

IV - O território do dinheiro e da fragmentação

No quarto capítulo, o autor fala do território e de como este é afetado pelos efeitos da globalização no espaço geográfico, que passa a ter novos contornos, características e definições diversas, e dá ênfase ao fato de que a eficácia das ações, está intrinsecamente ligada à localização, de modo que os atores que detém o maior poder tomam para si os melhores territórios, restando aos outros o que sobra, dando ênfase também ao papel das finanças na reestruturação deste espaço geográfico. A compartimentação de territórios ocorria através da política dos Estados e por não disporem de nenhum tipo de tecnologias da informação as práticas políticas e econômicas eram mais territoriais, por isso havia a preservação e o respeito aos costumes e a cultura local.

O detentor das normas, a compartimentação como presente e passado faz relação, direta, com o tempo e espaço onde até pouquíssimo tempo, o homem vivia num mundo de lentidão. Quando o autor trata do que tange aos pactos coloniais e as nações imperiais, observa que ocorria uma produção por meio da política do Estado, onde dentro de cada Estado era isto que acontecia, uma compartimentação, assim como uma economia

territorial e uma cultura territorial, tudo tem uma relação com a rapidez, fluidez e fragmentação.

Atualmente pode-se dizer que o mundo da fluidez e da rapidez dividiu-se com a fluidez virtual, e isto se dá devido a chegada de novos sistemas técnicos, assim também a fluidez potencial ou efetiva, que é gerada no entanto pelo exercício da ação de empresas e instituições.

Compreender as políticas e as técnicas atuais só são possíveis pela separação dos espaços da pressa, daqueles que são propícios à lentidão seguida por um processo unificador, portanto, para o autor Milton Santos, com a fluidez da globalização o território começa a ser utilizado por multinacionais, que o fragmentam conforme seus próprios interesses particulares e de acordo com as regras hegemônicas, criando uma cultura de massa, estimulando a competitividade e modificando as relações sociais no local, provocando alienação. Assim, desorganizam esses espaços e geram sentimentos egoístas, baseados na verticalidade, não mais na horizontalidade.

O autor ainda considera um elemento perturbador e até mesmo de desordem, no que tange à competitividade x solidariedade, que deve estar em interatividade com o território e com as mais diversas formas de alienação, para ele, a competitividade destrói a solidariedade horizontal, impondo uma solidariedade vertical, que tem como epicentro a empresa hegemônica.

Milton Santos explica como chegamos recentemente à constituição de um meio geográfico a qual podemos chamar de meio técnico-científico informal, que foi dado através da considerável mudança de qualidade da agricultura científica globalizada, em relação à alienação do território nos últimos séculos, tendo em vista a humanização e a mecanização do espaço geográfico. Para Milton, outro fator relevante foi que o dinheiro passou a ser uma informação indispensável para o período.

Nesta mesma esteira, explica que o dinheiro traz consigo um papel importantíssimo nessa dinâmica apresentada, ou seja, é ele que reorganiza essa distribuição no espaço geográfico, em que existem novas perspectivas em favor do capital. Hoje vivemos em um mundo de rápido em que as coisas tendem a fluir de forma instantânea, desta forma quem consegue acompanhar insere-se, porém, sabe-se que nem todos podem acompanhar essa velocidade, entretanto o dinheiro torna-se fluido e universal, controlado pelas grandes instituições financeiras, como o FMI e o Banco Mundial, não mais dependente do Estado.

Ele cita como exemplo a unificação monetária da Europa que, com isso, pretende competir com os Estados Unidos e o Japão. Porém, atenta que o território acaba perdendo a identidade local, para se tornar global, o que gera conflitos internos causados por agentes externos, provocando assim, o que ele chama de esquizofrenia do território.

Diante disto, o dinheiro aparece em decorrência de uma atividade econômica distinta, em que o intercâmbio e o escambo, já não é mais satisfatório e o território dependente deste, necessita da criação de uma “espécie” para manifestar a vida social de forma que o dinheiro se torne utilizável nos diferentes territórios, nos quais, devido ao crescimento do comércio interno e externo, a necessidade do controle econômico foi decorrente e conseqüente a um período em construção, o do Estado territorial, o do território nacional, todos regentes do dinheiro e do comércio local.

Desta forma, segundo o autor, analisando a verticalidade dos territórios, pode-se dizer que há um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos, um subsistema, dentro da *totalidade-espaço* e este sistema de redes, serve para produção do espaço de fluxos.

As cidades se transformaram em cidades-pólo, indispensáveis ao comando técnico da produção, onde a natureza “se adapta” já a cidade “tornou-se”, em muitos casos, “urbano-residente”, ou seja, tornaram-se cidades dormitório.

O urbano é visto como lugar da resistência e o rural em lugar da vulnerabilidade, onde o papel das lógicas externas ocorre devido às mudanças necessárias na produção de bens de consumo, assim como as dialéticas internas aparecem naturalmente no espaço agrícola como controlador de parte da economia, no qual permanece como sede e como poder hegemônico na zona de produção (rural).

Os esforços entre governos, municipais, estaduais e federais convergem para o sistema de relações constituídas demograficamente, economicamente, socialmente e de implementações de território. A população mais o “chão”, enquanto abrigo, se faz identidade. O fato de pertencerem e o sentimento de pertencerem àquilo que de fato nos pertence é à base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais de vida, ou seja, o território utilizado pela população.

Quando trata-se da horizontalidade analisada por Milton Santos, esta é tida como zona da contigüidade que forma extensões contínuas, entre elas o espaço banal, espaço de todos: empresas, instituições, pessoas, em oposição ao espaço econômico, o espaço da horizontalidade é um espaço de solidariedade orgânica, desta forma, nesses territórios banalizados poderão surgir muitas respostas, neste caso em específico, surge uma série

de análises do dito processo “globalitário”, já mencionado pelas fragmentações e particularizações em toda parte, na cultura e no território.

Dessa forma, para Milton Santos o mundo globalizado ganha novas identidades, e o espaço geográfico é modificado com profundas transformações, contornos e características que antes não eram de sua identidade, perfazendo-se de novas definições onde os territórios tendem a cada vez mais se fragmentar, tendo em vista esse novo processo globalizado, em que novos espaços são criados em nome do “progresso”, onde tudo entra em confronto direto e indireto, meio ambiente-sociedade e vice versa.

V – Limites à Globalização Perversa

Nasce, ou melhor, cresce de forma nunca antes vista, o confronto entre interesses socioeconômicos e o meio ambiente. Os territórios tendem, então, para que seja possibilitada a criação de novos espaços a se fragmentarem em função do processo de globalização, sob o pretexto de que esses é o preço a pagar pelo que se denomina como progresso. O progresso, dentro do atual contexto, demanda que se sacrifique tanto à natureza, quanto ao próprio homem.

A globalização, que em análise, revela aspectos de crescente dominação de um todo por detentores práticos do poder, com limites processuais pouco definidos, traz consigo o descaso social e ambiental. O momento em que vivemos é de transição, com o surgimento de novos valores, novos movimentos sociais que apontam em uma direção um tanto diferente do que se pode concluir como sendo o objetivo da globalização, que visa muito mais a manutenção do aspecto econômico de dominação do que outros aspectos da vida socioeconômica.

Em nome do “progresso”, desapropria-se terras, provoca-se queimadas e desmatamento, desfaz-se reservas indígenas, despeja-se conteúdo poluente nas águas ou na nossa atmosfera. Se é para um “bem” maior, ignora-se o efeito óbvio e previsível disso no futuro, por vezes, um futuro nem tão distante; afinal a destruição e descaso para com as populações humanas e o meio ambiente, acabam sendo mais práticos e de menor custo do que abordar as possibilidades de realização de determinada atividade pelas vias da ética e respeito, o que resulta em progresso no sentido real da palavra, o que permite que a inovação e os benefícios não se estendam apenas a um determinado grupo.

O que se denomina como progresso, mesmo que supostamente objetive-se que atinja um nível global, se afastou da ideia de necessário equilíbrio entre componentes e

elementos da vida social e ambiental e se aproximou, então, da ideia de que o progresso deve ser obtido a todo custo, sendo este, a dominação do capital sobre todos esses mesmo elementos, a mecanização e utilitarismo se sobrepondo como medida, objetivo e instrumento da globalização em sua pior leitura, que é a que vemos na prática.

A ideia de que as novas técnicas da contemporaneidade e o seu constante desenvolvimento serviriam para melhorar a qualidade de vida do ser humano encontram sua contradição no processo de globalização observável a sua falha. Enquanto em certos países e para certos grupos se observa a crescente melhora da qualidade de vida – ainda assim, se desconsiderarmos os hábitos alimentares e a saúde em decadência, o acelerada, repetitiva e exaustiva rotina; aqui cabendo uma outra crítica ao que se denomina como qualidade de vida, quando esta se refere apenas as condições materiais – para outros se observa a imersão em uma estrutura socioeconômica cada vez mais decadente e o descaso prático da "máquina mundial" para com as sociedades no geral. Mesmo que em discurso o visado seja o bem estar de todas as sociedades, na prática, o poder econômico e militar se sobrepõem a este suposto objetivo.

Por isso o que vemos não é a redução da pobreza - mesmo com o aumento da velocidade e volume da produção de alimentos e bens – mas sim, o aumento da disparidade econômica não só dentro de um mesmo país, mas entre um estado e outro.

VI – A Transição em Marcha

Nesse novo cenário proporcionado pela globalização, podemos observar dois grupos básicos, que se dividem justamente quanto à sua postura diante do atual processo de transição.

Um grupo é composto por aqueles que não contribuem com mais do que a manutenção do status quo, ignorando as mazelas sociais, a desigualdade de oportunidades, os efeitos das decisões feitas por eles, governantes ou produtores no meio ambiente. Não se manifestam ou mesmo se informam, mesmo tendo plenas condições para tal, para além daquilo que lhes diga respeito ou lhes afete de modo direto. São ideologicamente estáticas e não contribuem para uma realidade melhor para todos, não possuem uma perspectiva de um mundo mais igualitário ou, mesmo, acreditam que o bem ou mal que ocorra a cada um parta de seu próprio e exclusivo mérito. Consideram que todas as condições necessárias para desenvolvimento de cada indivíduo estão dadas pela

própria natureza do sistema em que vive, ignorando nas mãos de quem esteja o poder prático no atual contexto mundial.

Por outro lado, temos o grupo composto por aqueles que não simplifica ou normatiza o atual processo de globalização. Esse, buscando enxergar o sistema em sua essência e encarar seus aspectos destrutivos, através de análise crítica e com olhar dinâmico e ativo, é capaz de pensar e elaborar soluções que possibilitem a instauração de um novo e realmente inovador modo de se produzir – e falamos aqui, não apenas de bens de consumo e materiais, mas inclua-se também o conhecimento, o alternativo – capazes de trazer algo que inove e melhore a qualidade de vida, que nos apresente uma alternativa a exaustiva e desgastante rotina, imposta por um modo de vida que não cumpre com o seu suposto objetivo, servindo para ludibriar os indivíduos. Um modo de vida que pouco permite ao cidadão médio, mesmo a cidadãos abastados ou pobres, um tempo para a criação, reflexão e estudo, que divide a rotina de um ser humano entre o labor e a realização de necessidades vitais – quando muito.

Com isso, o esperado é que mais pessoas se juntem ao segundo grupo, o grupo socialmente ativo, que, com sua visão mais nítida da realidade, elaboram em conjunto um novo modo de ser cidadão e um novo modo de lidar com a democracia, combatendo a exclusão de acesso às informações e à má distribuição das riquezas produzidas, idealizando uma sociedade na qual se dê voz à grande massa, uma sociedade estabelecida sobre bases que expurguem a sistemática corrupção dos princípios que garantem ao ser humano sua dignidade. O que se intende estabelecer é uma nova globalização, que inclua e considere todos os seus componentes, uma globalização de que não sirva à exclusão, dominação e manipulação - de capital, recursos, pessoas – o almejado é a globalização da inclusão.

Referência Bibliográfica

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001.